

A INCORPORAÇÃO DA PROVÍNCIA CISPLATINA SOB O PONTO DE VISTA BRASILEIRO*

HELIO LEONCIO MARTINS
Vice-Almirante (Ref²)

SUMÁRIO

Fronteira do vai e vem
José Artigas
Invasão por tropas portuguesas
Tomada de Montevidéu
Regência de D. Pedro I
A guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata
República Oriental do Uruguai

Desde que começou a ter interesses comerciais no Brasil, Portugal ambicionava atingir com sua colonização o Rio da Prata. A razão era clara. Nesta reentrância

do Atlântico desaguavam três caudalosos rios que alongavam seus percursos até o centro da América do Sul. Por tais estradas fluviais chegariam ao mar os produtos do

NOTA – Há no Brasil razoável documentação primária a respeito da questão cisplatina. Para este trabalho, como para outros anteriores sobre o mesmo tema, foram pesquisados o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Histórico do Exército, os Anais do Congresso e a imprensa da época. Entretanto, os documentos mais importantes são transcritos nos textos das obras citadas na bibliografia. Citei-as no texto, indicando origens, datas etc. Em relação à bibliografia, referi-me apenas às obras nacionais que tratam do assunto com maior profundidade, embora haja outras, lidas, que não mostram o mesmo interesse. Como diz o título deste trabalho, os acontecimentos platinos são considerados sob o ponto de vista brasileiro. Assim, somente os fatos aceitos nas histórias oficiais desses países, Argentina e Uruguai, foram considerados.

interior das colônias e mesmo os que, vindos das regiões do Pacífico, iam para a Europa sem enfrentar o extenso e perigoso caminho do Estreito de Magalhães. Naturalmente, o Império espanhol opunha-se a que seu território fosse invadido. Diferentemente do que acontecia no Norte e no Nordeste, a resistência no Sul impedia o avanço expansionista português.

FRONTEIRA DO VAI E VEM

Por quase dois séculos, os limites entre as terras dos dois impérios permaneceram em ebulição, sem determinação definitiva, a fronteira denominada por um historiador de “fronteira do vai e vem”. A região que viria a ser o Uruguai e o Rio Grande do Sul via passar conquistadores nas duas direções, mas permanecia incólume, sem que tais conquistadores se fixassem em definitivo. O primeiro movimento de permanência partiu de Portugal, efetivando suas antigas ambições. Em 1680, enviou uma expedição militar com algumas famílias e lançou as fundações de feitoria na margem esquerda do Rio da Prata – a Colônia do Sacramento –, nela içando a bandeira das quinças, deixando para trás um hiato deserto até Santa Catarina, onde já haviam chegado. A colônia cresceu rapidamente, e, com ela, sua atividade comercial, legal e ilegal, o que despertou a atenção da Espanha, daí resultando, ao longo dos séculos XVII e XVIII, os ataques, as tomadas e retomadas de Sacramento, dependendo de ações militares ou tratados na Europa, e a ocupação da denominada Banda Oriental, com a fundação de povoações costeiras e a penetração da *espanidad*, língua, hábitos, cultura,

e, como reação, a invasão do Brasil até Santa Catarina, logo repelida.

Nos primeiros anos do século XIX, a Europa foi sacudida pelo “furacão napoleônico”, que se refletiu na América do Sul. O enfraquecimento da monarquia espanhola, destituída por Napoleão, alimentou em suas colônias anseios de liberdade adotados nos Estados Unidos e orientados pelas ideias clamadas na Revolução Francesa. No Brasil, refúgio do príncipe regente D. João e de sua Corte, a Monarquia portuguesa sobreviveu, continuando a reinar na América.

Esses dois fatos iriam ter profundas consequências na política e na estrutura nacional platenses. Com a confusa situação da Espanha e os ideais libertários existentes, formaram-se dois partidos no Vice-Reinado do Prata, ambos ainda vinculados

Nos primeiros anos do século XIX, a Europa foi sacudida pelo “furacão napoleônico”, que se refletiu na América do Sul

à metrópole: o Criollo – ou o nativo –, com a chefia do vice-rei Linier; e o Espanhol, obedecendo aos governadores Martin de Alzaga, em Buenos Aires, e D. Francisco Xavier Elio, em Montevidéu. Na confusão de autoridades, houve destituições, substituições e, por fim, dualidade de vice-reis – Baltar Cisneros, em Buenos Aires, e Francisco Xavier Elio, em Montevidéu, este obedecendo à uma Junta de Governo criada em Sevilha.

Com a notícia, em maio de 1810, de que Napoleão dominara inteiramente a Espanha, o Partido Criollo assumiu a direção das Províncias que se uniram e, como o primeiro grito de independência da futura Argentina, realizou a histórica Jornada de Maio. Cisneros voltou para a Europa, e a Junta que se formou em Buenos Aires, substituindo o Vice-Reinado (a denominação Provín-

cias Unidas do Rio da Prata só foi adotada em 1813), enviou expedições militares para tentar incorporar as Províncias recalcitrantes. Fracassaram no Paraguai e na Alto-Bolívia e se confrontaram com Elio na Banda Oriental. Esta última era a que mais desejavam, pela proximidade, por representar a posse completa do Rio da Prata, o acesso aos rios que aí desembocavam e por colocar obstáculo aos avanços portugueses.

JOSÉ ARTIGAS

A luta entre o que restava do Vice-Reinado do Prata seguia renhida, quando apareceu o personagem que iria ocupar o centro do quadro na Banda Oriental durante os próximos anos – José Artigas. Era de estirpe modesta, fazendeiro, mas não destituído de certa cultura. Na defesa de suas terras, combateu índios e contrabandistas, alistando-se no Regimento dos Blandengues (um tipo de milícia rural), chegando ao posto de capitão. Revoltava-o a situação dependente da Banda Oriental. Não a queria parte da Espanha, das Províncias Unidas ou de Portugal, e sim como nação independente. À concretização desse sonho dedicou sua vida. Foi o cristalizador do sentimento nacional que iria criar o futuro país soberano.

A Jornada de Maio mostrou-lhe um caminho para se livrar do domínio espanhol: apoiar-se nas já meio independentes Províncias Unidas para atingir o que realmente aspirava, ou seja, a emancipação de sua pátria. Revoltou-se contra o domínio espanhol e recorreu a Buenos Aires. Reconhecida sua rebelião, liderando um punhado de compatriotas, irrompeu a 28 de fevereiro de 1811 na Banda Oriental, nas margens do Arroio

Asencio (daí ser o episódio denominado Grito de Asencio). Em Buenos Aires, recebeu o posto de tenente-coronel e, apoiado por uma força de 3 mil homens, invadiu a Banda Oriental. Reforçado por tropas de camponeses, seguiu de vitória em vitória sobre os espanhóis de Elio e cercou Montevideú. Sentindo-se sem capacidade de reagir, Elio solicitou o auxílio do reinado português, já sediado no Rio de Janeiro.

Para as intenções portuguesas, nada era mais conveniente do que esse pedido, pois Portugal nunca deixara de aspirar levar suas fronteiras até as margens do Prata. Imediatamente, tropas do Rio Grande do Sul invadiram a Banda Oriental. Quando se aproximavam de Montevideú, foram surpreendidas pelo armistício assinado a 20 de outubro de 1811 entre a Junta de Buenos Aires e Elio, sem conhecimento de Portugal. Pelo Convênio, seria

Artigas foi o cristalizador do sentimento nacional que iria criar o futuro país soberano

levantado o cerco de Montevideú e extinto o vice-reinado, Elio regressaria à Europa (ficando em seu lugar o governador da cidade, General Vigonet) e retirar-se-iam da Banda Oriental as tropas portuguesas (que só vieram a fazê-lo em 1812).

Este desfecho foi resultado de um imbróglio do qual participavam, desconfiando uns dos outros, o embaixador da Inglaterra no Rio de Janeiro, que desejava a liberdade de comércio no Rio da Prata; o Conde de Linhares, primeiro-ministro português, aspirando à descolonização da Banda Oriental sendo anexada a Portugal; o embaixador espanhol, obedecendo a Sevilha; e a princesa Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII. Esta havia tentado ser a imperatriz de um império espanhol da América, que substituiria o Vice-Reinado do Prata, o que foi dificultado pelo próprio

marido, D.João (que não a queria como vizinha), sendo suas aspirações encerradas com a Jornada de Maio. Contudo, esperava ela que a vitória de Elio lhe trouxesse de volta as esperanças.

Artigas não concordou com o Convênio, pois este impedia suas hostilidades contra o Império Espanhol. Acompanhado de grande número de compatriotas, 15 a 16 mil, retirou-se, acampando na margem direita do Rio Uruguai. A Junta que comandava Buenos Aires, apesar de ter assinado o Convênio de outubro, também não parecia ter acreditado no armistício. Foi reunido tropas perto do acampamento de Artigas. Tão logo se retiraram as forças portuguesas, o Exército platino cruzou o Rio Uruguai, acompanhado por Artigas. Cercaram Montevidéu. O General Vigodet tentou enfrentá-lo, mas foi derrotado em Cerrito.

No ano de 1813, uma série de acontecimentos provocou, direta e indiretamente, uma mudança radical na situação, a qual iria ter repercussões futuras. Nos primeiros dias do ano, o Triunvirato, que havia substituído a Junta em Buenos Aires, convocou uma Assembleia Geral, com representantes de todas as Províncias. Simultaneamente, Artigas decidiu criar instituições políticas próprias na Banda Oriental, dominadas por ele. Foi instalada uma Câmara de Deputados que elegeu Artigas governador, devendo enviar representantes à Assembleia Geral. Ao se apresentarem à Assembleia, os deputados de Artigas não foram nela admitidos. O pretexto apresentado foi que

Artigas não concordou com o Convênio, pois este impedia suas hostilidades contra o Império Espanhol. Acompanhado de grande número de compatriotas, 15 a 16 mil, retirou-se, acampando na margem direita do Rio Uruguai

tinham desobedecido a certas determinações burocráticas. Mas, na realidade, a recusa relacionava-se às propostas a serem por eles apresentadas, as quais negariam o que iria ser determinado na Assembleia e dariam demonstrações da vontade futura da Banda Oriental em desligar-se das Províncias Unidas. Exigiriam um governo na forma de federação. As Províncias teriam governo autônomo, além do governo nacional. A Província Oriental a ser criada manteria sua soberania e demais direitos não delegados expressamente em Assembleia. As autoridades nacionais não mais seriam

localizadas em Buenos Aires. A forma de governo republicana obrigatória e imutável deveria ser capaz de garantir para cada uma das Províncias a ausência de violências domésticas, a liberdade e a segurança de sua soberania, sem o perigo de intervenções das Forças Armadas. Artigas declarava claramente suas intenções, que não coincidi-

diam com as das Províncias Unidas.

O cerco de Montevidéu continuava, chefiado pelo General Rondeau e por Artigas. Em dezembro de 1813, o primeiro recebeu ordens de Buenos Aires para convocar os habitantes da Banda Oriental para que, novamente, elessem deputados a fim de participarem da Assembleia Geral. Apesar das objeções de Artigas, dizendo serem os novos deputados ilegais, pois caberia a ele indicá-los, os quatro eleitos com a intervenção de Rondeau cruzaram o Rio da Prata. Sua participação na Assembleia foi, da mesma maneira, impedida. Os desentendimentos de Artigas com

o governo platense, que vinham crescendo, chegaram ao máximo. Concluiu ele que esta aliança não levaria à independência como almejava. A 20 de janeiro de 1814, abandonou o cerco de Montevidéu e retirou-se com suas tropas para o norte. O Triunvirato não se conformou. Em decreto, Artigas foi considerado “infame, traidor da Pátria”, e sua cabeça posta a prêmio de 6.000 pesos.

Artigas tinha novo inimigo – as Províncias Unidas do Rio da Prata –, que continuava o cerco de Montevidéu. Quando a 20 de junho a frente fluvial foi dominada pelo Almirante Brown com uma flotilha naval das Províncias Unidas, o comandante do cerco, agora Alvear, vitorioso, a 21 de junho de 1814 entrou na cidade.

Mas a luta contra Artigas continuou, este se avantajando, expandindo sua influência nas futuras Províncias de Corrientes e Entre Rios e na Província de Santa Fé. As Províncias Unidas, com problemas militares no norte e discordâncias políticas internas, quase levando a uma guerra civil, ressentiram o abandono de Artigas. O Triunvirato, que as governava, procurou atraí-lo, retirando as acusações feitas, declarando-o “bom servidor da Pátria” e restituindo-lhe o posto de tenente-coronel, naturalmente em troca da Banda Oriental voltar à sua posição anterior, mas Artigas recusou a oferta. Também foi decidida a entrega de Montevidéu, que recebeu go-

vernador oriental a 26 de fevereiro de 1815. Com todos esses embaraços, a 9 de julho, na Assembleia de Tucuman, as Províncias Unidas do Rio da Prata declararam sua total independência da Espanha.

Era esta a situação no início de 1815: as Províncias Unidas em grande desordem política, tendo abandonado a Banda Oriental, com operações militares no norte, sem capacidade de enfrentar Artigas, que estava com toda a força, influenciando mesmo em três províncias da União.

Artigas tinha novo inimigo – as Províncias Unidas do Rio da Prata –, que continuava o cerco de Montevidéu. Quando a 20 de junho a frente fluvial foi dominada pelo Almirante Brown com uma flotilha naval das Províncias Unidas, o comandante do cerco, agora Alvear, vitorioso, a 21 de junho de 1814 entrou na cidade

INVASÃO POR TROPAS PORTUGUESAS

Buenos Aires procurava um governo que assumisse quando a União tivesse independência total, o que se aproximava, aceitando mesmo um príncipe estrangeiro, até mesmo da Casa de Bragança (ou Inca!). Foi quando apareceu a notícia da possível invasão da Banda Oriental por tropas portuguesas. Há insinuações históricas de que o governo de Buenos

Aires tenha pedido a invasão à Corte no Rio de Janeiro. Não há evidência de tal pedido. Os argumentos que a apoiam são a de que seria uma jogada de Buenos Aires para, mantendo-se neutra (como se manteve), conseguir a destruição de Artigas, o maior impedimento da desejada conquista da Banda Oriental. Na verdade, esteve no Rio de Janeiro D. Manoel Garcia, um dos mais capazes elementos platinos, para solicitar ao ministro britânico que obtivesse a

interferência da Inglaterra para acabar com o caos que reinava ao sul do Rio da Prata, o que não conseguiu.

A invasão das tropas portuguesas, que realmente se seguiu, teria sido reflexo de acontecimentos na Europa. No Congresso de Viena, em 1814, quando Matternich rearrumou os países da Europa e seus interesses depois da “avalanche napoleônica”, Portugal, que, fiel à Inglaterra, sofreu por isso, sendo também o único que ludibriou Napoleão, foi esquecido. Mas D. João agora era um rei americano. Podia tomar decisões independentemente da vontade da Santa Aliança, criada em Viena. Aproveitaria a situação confusa para cumprir os antigos desígnios portugueses. Invadiria território oficialmente ainda pertencente a Fernando VII. Tinha o pretexto: a defesa de suas fronteiras ante a movimentação de Artigas. Seria uma ocupação provisória, como fora a de 1811.

Em maio de 1815, Portugal comunicou ao vizinho na Europa que, por esse motivo, deslocaria tropas para a América. O rei espanhol, por meio do ministro no Rio de Janeiro, apresentou seu protesto à Santa Aliança, mas que só teve efeito em 1817, quando os governos de Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França decidiram mediar o desajuste entre os dois países ibéricos. Cartas com os floreios complicados da diplomacia foram trocadas entre os representantes das potências mediadoras e os diplomatas portugueses. Nas primeiras, os mediadores justificavam terem aceito aquela missão devido às consequências que poderiam advir para a paz europeia, tão duramente conquistada, se aumentassem

de intensidade os moderados reclamos espanhóis, atingindo o estágio bélico.

A 26 de agosto de 1818, em uma reunião dos diplomatas em Paris, foi discutida a invasão e foram apresentados, para estudos, anteprojetos de Convênios que a impedissem. Pelo teor das notas trocadas, podem-se conhecer as cláusulas mais salientes, envolvendo medidas dificilmente concretizáveis em troca da retirada das tropas portuguesas. Consideravam uma indenização dos gastos portugueses com a invasão no valor de 7 milhões e meio de francos, pagos à vista ou em duas prestações; a

concordância de se estabelecer nova linha divisória entre Brasil e a Banda Oriental (sem haver referência a seu posicionamento); e a libertação de Montevideu para o comércio internacional. Nas notas e memorandos enviados pelos dois lados afloram as discor-

dâncias a qualquer solução aventada. Em relatório conclusivo, a diplomacia portuguesa acrescenta que os diálogos haviam-se encerrado. Houve a ameaça de uma forte expedição naval-militar espanhola, que nunca se efetivou. A invasão já durava três anos, e continuou. Em carta do ministro das Relações Exteriores do que já era o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves ao Lorde Castlereagh, novo ministro inglês, perguntava ele se o Reino podia contar com a Inglaterra em caso de guerra com a Espanha, sem obter resposta clara. Também nela aparece uma pergunta que trai as reais intenções portuguesas: qual seria a reação inglesa em caso de “ocupação total” (ou “permanente”), também sem resposta.

Embora não haja documentação que mostre claramente qual fosse a disposição

Há insinuações históricas de que o governo de Buenos Aires tenha pedido a invasão à Corte no Rio de Janeiro. Não há evidência de tal pedido

da Corte do Rio de Janeiro, “se ela pretendia que a invasão militar constituísse o primeiro passo para a absorção permanente da Banda Oriental”, isto pode se deduzir de alguns aspectos das medidas tomadas. Simplesmente para garantia das fronteiras, bastaria uma concentração das forças existentes no Rio Grande do Sul, não sendo necessário trazer da Europa os melhores e mais bem equipados e adestrados soldados de Portugal, de forma que, juntamente com as tropas locais, pudessem ser capazes de derrotar completamente Artigas, desencorajar as ambições das Províncias Unidas do Rio da Prata e conseguir aos poucos a aprovação dos habitantes da Banda Oriental à absorção da Província pelo Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves.

São esclarecedoras as extensas e detalhadas instruções dadas, a 6 de junho de 1816, ao Marechal de Campo Carlos Frederico de Lecor, nomeado comandante da expedição. Em sua abertura lê-se: “Sua Majestade decidiu mandar ocupar a cidade de Montevidéu e os territórios deste lado do Rio Uruguai e instalar capitania com um governo separado e interno enquanto convenha à segurança de nossas fronteiras”. E o nomeia governador e capitão-general, encarregado também das operações militares necessárias à ocu-

pação da cidade e territórios acima citados e o estabelecimento do dito governo. E deseja que siga as instruções, tendo a liberdade de proceder como convenha em casos que não tenham sido previstos ou que por sua natureza não permitam recorrer a Sua Majestade e aguardar a real solução. Os primeiros artigos eram de caráter militar, sobre movimentação da tropa, transportes, suprimentos, local de desembarque, aproximação, operações, objetivos a atingir. A seguir, capítulos denominados Administração, Alfândega e Rendas Reais, Câmara de Apelação, Tesouro, Comportamento dos Habitantes, Comércio, Comportamento com Artigas e Admissão dos Espanhóis nas Tropas, Relações com Buenos Aires e outras Potências frisavam que nada deveria ser mudado, e sim desenvolvido; que os habitantes deveriam ser tratados como se fossem portugueses, podendo ser empregados na administração da Capitania e recrutados para as Forças Armadas; e que a Artigas, vencido, nada aconteceria se dissolvesse as tropas sob sua chefia e entregasse armas e munições. Poderia residir no Rio de Janeiro, ou onde quisesse, com permissão de Sua Majestade. Nessas condições, receberia soldo semelhante ao de um coronel português. Às instruções ajunta-

São esclarecedoras as extensas e detalhadas instruções dadas, a 6 de junho de 1816, ao Marechal de Campo Carlos Frederico de Lecor, nomeado comandante da expedição. Em sua abertura lê-se: “Sua Majestade decidiu mandar ocupar a cidade de Montevidéu e os territórios deste lado do Rio Uruguai e instalar capitania com um governo separado e interno enquanto convenha à segurança de nossas fronteiras”

dos na administração da Capitania e recrutados para as Forças Armadas; e que a Artigas, vencido, nada aconteceria se dissolvesse as tropas sob sua chefia e entregasse armas e munições. Poderia residir no Rio de Janeiro, ou onde quisesse, com permissão de Sua Majestade. Nessas condições, receberia soldo semelhante ao de um coronel português. Às instruções ajunta-

vam que se deveria manter estrita neutralidade com Buenos Aires e outras potências, dando-lhes as explicações que pedissem, garantindo que as tropas portuguesas não atravessariam o Rio da Prata, mas não se permitiria presença militar estrangeira na Banda Oriental nem qualquer outra interferência. Não seriam essas instruções cabíveis para uma ação militar provisória, e sim para a formação de um estado soberano ligado a Portugal.

A 7 de dezembro de 1814, foi expedida ordem em Portugal para a formação de um Corpo de Exército que se chamaria Divisão de Voluntários d'El Rei, a qual seguiria para a América. Constituíam-no os melhores oficiais e soldados das unidades do Exército português. Compuseram-na 4.831 homens e 800 cavalos, incorporando duas Brigadas de Infantaria, um Corpo de Artilharia e um Corpo de Cavalaria. A seleção foi fácil, pois houve bastante entusiasmo entre os militares para participarem do tentame. O seu comandante foi promovido de marechal de campo a tenente-general.

Não teria havido melhor escolha. O passado militar e pessoal de Lecor era de grande valor. Tenente-coronel quando da primeira invasão francesa, não aceitou aderir ao inimigo fazendo parte de uma Divisão portuguesa incorporada ao Exército de Napoleão. Preferiu exilar-se na Inglaterra. Quando começou a reação em Portugal, integrou-se em uma formação militar denominada Leal Legião Lusitana, as primeiras forças portuguesas que combateram os franceses. Com a chegada do general

inglês Wellington a Portugal e a formação de um novo exército português, a ele se juntou e fez toda a campanha peninsular, de 1808 a 1814, sendo promovido de tenente-coronel a marechal de campo e tomando parte na maioria das batalhas travadas nas três invasões francesas. Quando foi chamado para comandar os Voluntários d'El Rei, não consideraram só suas qualidades militares. Para ser o governador de um território conquistado – e, portanto, rebelde – que se queria transformar em português, e não destruí-lo, levaram-se em conta também outras qualidades, como definiu um historiador brasileiro, “sua

fidalgua, cultura, sociabilidade, o trato afável, capaz de conquistar os filhos da terra, incrustando-se no seio das famílias, buscando homens de valor para atraí-los à sua causa e, para tranquilizá-los, mantendo-os em seus lares”.

Naturalmente tais virtudes não foram reconhecidas entre os “dominados”, mas, de 1816 a 1825, ele conseguiu governar primeiro a Banda Oriental e, depois, a Província

Cisplatina, sem grandes atribuições, a não ser com seus próprios soldados. Apesar dos serviços anteriores, a sua atuação na rebelião que explodiu em 1825, bem como na guerra logo a seguir, foi muito criticada no Brasil pelo que julgaram falta de energia e iniciativa, permanecendo sitiado nas cidades litorâneas. Para isso muito contribuiu a falta de orientação estratégica que caracterizou nossa ação na rebelião e na guerra. A sua acomodação, diziam na época, também se devia a um casamento tardio com uma linda moça de 18 anos (tinha ele

**A 7 de dezembro de 1814,
foi expedida ordem em
Portugal para a formação
de um Corpo de Exército
que se chamaria Divisão de
Voluntários d'El Rei, a qual
seguiria para a América.
Constituíam-no os
melhores oficiais e
soldados das unidades do
Exército português**

54), Rosa Maria Josefa de Herrera Babilbaso, de família influente, o que mostra sua aceitação na sociedade. Afirmavam os maledicentes que Lecor não havia sido vencido pelos uruguaios, e sim por uma uruguaia.

Os Voluntários D'El Rei embarcaram em dois escalões, cavalaria e artilharia, em setembro de 1815, chegando ao Rio de Janeiro em novembro. Depois de curta estadia, seguiram nos mesmos navios para Santa Catarina, onde seria concentrada a Divisão. A infantaria largou a 25 de fevereiro de 1816 e aportou na Guanabara a 5 de abril. A 6 de junho, partiu o comboio que a levava para o Sul. A 28, deu-se a concentração em Santa Catarina, de onde partiria por mar para Maldonado, o local escolhido para desembarque. Mas o comboio de Lecor sofrera forte tempestade, sendo muito sentida, pelo que, prevendo os piores pampeiros que poderiam esperá-lo no Prata, decidiu seguir a pé pelas praias, só embarcando artilharia e

cavalaria. Isto não teve aprovação na Corte pelo que representava em termos de desgaste das tropas e atraso nas operações, que já se haviam desencadeado entre Artigas e as forças luso-brasileiras do Rio Grande do Sul, comandadas pelo Marquês de Alegrete e pelo Marechal Curado.

Em novembro, os Voluntários d'El Rei engajaram tropas da Banda Oriental, comandadas por Frutuoso Rivera. O avanço portu-

guês se impôs por sua organização, adestramento e disciplina. Maldonado foi ocupado. O Cabildo de Montevidéu, receoso, recorreu a Buenos Aires. O alcaide, D. Juan Jose Duran, reunindo-se com o diretor supremo platino Pueyrredon, a 6 de dezembro, assinou, em troca de ajuda, convênio pelo qual assegurava obediência da Banda Oriental ao Congresso das Províncias Unidas. Artigas, ao ter conhecimento do arranjo, enfureceu-se e anulou o Convênio, afirmando: "O chefe dos orientais tem manifestado em todos os tempos

que ama demasiadamente sua pátria para sacrificar este rico patrimônio ao baixo preço da necessidade."

Tomada de Montevidéu

A 20 de janeiro de 1817, Lecor entrava na cidade de Montevidéu, sendo recebido festivamente pelo síndico Blanquini, que lhe entregou as chaves da cidade, dizendo: "Entrego a cidade ao poderoso D. João VI, Rei do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, evocando a proteção de suas armas para

esta infeliz Província, certo de que Sua Majestade Fidelíssima respeitará as nossas leis, usos e costumes, e esperando que, no caso de Sua Majestade resolver para o futuro a evacuação desta praça, devolverá ao Cabildo as chaves que dele recebe."

No mesmo dia, Lecor lançou a seguinte Proclamação: "Habitantes de Montevidéu – A segurança de vossas pessoas e propriedades é garantida pelo Exército português; e,

Os Voluntários D'El Rei embarcaram em dois escalões, cavalaria e artilharia, em setembro de 1815, chegando ao Rio de Janeiro em novembro



A 20 de janeiro de 1817, Lecor entrava na cidade de Montevidéu, sendo recebido festivamente pelo síndico Blanquini, que lhe entregou as chaves da cidade

de hoje em diante, aquelas agitações e anarquia que por tanto tempo vos têm afligido desaparecerão ante a influência da lei e da ordem. Voltai para o feliz sossego de vossos lares; reine novamente entre vós o contentamento e a afeição fraternal; e cubram com um véu eterno todas as desordens passadas. O Povo não sentirá o pesado jugo das contribuições; e um comércio livre com todas as nações, que vos foi concedido pela generosidade de SMF, vosso rei, o que reparará os danos ocasionados pela guerra civil, e restituirá à Província o antigo esplendor. Os diferentes ramos de minha autoridade perseguirão com rigor aqueles homens bárbaros que incendiam vossas searas e devastam os vossos campos; e, nesta grande obra de pacificação geral, conto com o auxílio de todos os homens bons”.

Em relatório ao Marquês de Aguiar, a 26 de janeiro, Lecor comunicou a tomada de Montevidéu, e que continuava a luta contra Rivera. A 28, já se dirigindo ao conde de Barca, que substituíra Aguiar, falecido dias antes, escreveu: “A situação de Montevidéu é lamentável. Os cofres públicos vazios, faltando mantimentos, o comércio paralisado, a exportação aniquilada. Assim, a necessidade de numerário para compras era urgente. A única reação encontrada era dos espanhóis, que não se conformavam com a ocupação portuguesa. Já o Cabildo, como represen-

tante desta Província, acaba de me pedir a faculdade de mandar uma representação a El Rei para rogar a Sua Majestade que haja conceder a Graça a estes Povos da incorporação deste território ao Reino Unido de Brasil e Portugal, a qual representação estou mandando na Nau Vasco da Gama”.

A neutralidade das Províncias Unidas era mantida por sua incapacidade de se mani-

festar militarmente, devido à difícil situação interna. Mas não queriam ficar ausentes ante a invasão portuguesa. Assim, Pueyrredon travou com Lecor uma batalha por correspondência. A 31 de outubro, protestou contra o avanço das forças portuguesas, que estavam desrespeitando o Tratado de 1812. Queria saber os motivos da invasão e as intenções futuras, a fim de ajustar de acordo seu procedimento. Haveria perigo de guerra se o avanço não fosse detido imediatamente.

A resposta veio a 27 de novembro. A ação militar destinava-se a defender as

fronteiras do Reino das atividades de uma Província mergulhada na anarquia e no caos. Quanto às intenções, estas seriam mais bem explicadas pela Declaração de 20 de janeiro, cuja cópia anexava. Nesta Declaração dizia que o Tratado de 1812 fora assinado entre Portugal e as Províncias Unidas, e a Banda Oriental não tinha, na época, vinculação oficial alguma com estas últimas.

A situação de Montevidéu é lamentável. Os cofres públicos vazios, faltando mantimentos, o comércio paralisado, a exportação aniquilada. Assim, a necessidade de numerário para compras era urgente

★ ★ ★

A resposta veio a 27 de novembro. A ação militar destinava-se a defender as fronteiras do Reino das atividades de uma Província mergulhada na anarquia e no caos

Uma deliberação de Lecor sobre as graves punições que seriam aplicadas aos ladrões e agressores, realmente de forma odiosa, determinava que, se o faltoso não fosse encontrado, sua família sofreria o castigo em seu lugar. Pueyrredon, a 1º de fevereiro, aproveitou para acusá-lo de falsidade em suas promessas de proteção e humanidade e comunicou que, como represália, mandaria para o interior, sob guarda, todos os portugueses que residissem nas Províncias Unidas. A 6 de fevereiro, Lecor encerrou a troca de cartas, dizendo não haver razões para guerra, que pretendia apenas defender as fronteiras do Reino e não podia deixar de cumprir ordens de seu soberano. Com isso, os chefes das Províncias Unidas decidiram deixar para momento mais oportuno qualquer intervenção, como fizeram.

Nos anos de 1818 e 1819, Lecor, com os Voluntários d'El Rei e as tropas do Rio Grande do Sul, combateu Artigas. O chefe revolucionário, dominando o interior, em ações de guerrilha para as quais tinha todo apoio, e auxiliado pelas províncias de Entre Rios e Corrientes, atacava em vários locais, invadia mesmo o Rio Grande do Sul, obrigando os portugueses a dividirem suas forças em pequenos encontros, sem haver um definitivo. Mas Artigas ia sendo desgastado. Entrementes, Lecor procurava administrar a Banda Oriental, tirando-a da difícil situação anterior, conquistando quem podia atrair para seu lado.

Em fins de 1819, acontecimentos internos em Portugal tiveram como uma de suas consequências enfraquecer a ocupação da Banda Oriental. Tendo Portugal ressurgido das invasões francesas e da guerra peninsular, os dirigentes que ficaram na Europa acharam que o Brasil devia voltar à situação anterior. Mesmo não se extinguindo o Reino tríplice, a Corte do Rio de Janeiro, com o rei D. João, voltaria para a Euro-

pa, levando a direção do Império para Portugal, e o Brasil perdia muitos de seus privilégios, passando novamente quase a colônia. Isto não agradou nem aos portugueses “brasílicos”, isto é, aos que haviam amado e se adaptado à vida nos trópicos, nem aos brasileiros natos que ocupavam posições elevadas, políticas e administrativas. Disso decorreram hostilidades que afetaram a disciplina dos Voluntários d'El Rei, que também se dividiram, querendo muitos regressar para a Europa. Motins tiveram que ser dominados, até sendo criado um Conselho Militar que usurpou muitas das prerrogativas de Lecor. A tensão entre os militares aumentou quando, pelo Decreto de 1º de dezembro de 1820, a Divisão passou a ser subordinada ao Exército brasileiro.

Com a derrota final de Artigas na Batalha de Taquembó, a 21 de janeiro de 1820, obrigando-o a se refugiar na Província de Corrientes (mas deixando na história o título de *Jefe de los Orientales y Protector de los Pueblos Libres*), e estando garantidas as nossas fronteiras, a rigor Lecor deveria se retirar. Mas o contrário aconteceu. E, à vista do enfraquecimento militar, D. João e sua Corte pensaram em dar legitimidade à situação.

Acontecimentos em Portugal apressaram a decisão. A tensão existente terminou por explodir na Revolução no Porto de 1821. Foi votada uma Constituição, a qual D. João foi obrigado a jurar, devendo regressar para a Europa. Houve reação dos “brasílicos”, tumultos, motins, mortes, mas chegou-se a um acordo quando deixou seu filho D. Pedro como regente. A 20 de abril, fez-se ao mar. O Brasil a ele muito deve. Antes de embarcar, assinou decretos e deixou ordens sobre tudo que lhe interessava ser executado ou mantido.

A 16 de abril, em carta escrita pelo ministro Silvestre Pinheiro a Lecor (já Barão de

Laguna), deu-lhe instruções sobre o futuro da Banda Oriental. Em um gesto de liberalismo inesperado, D. João determinou que convocasse uma Assembleia de deputados eleitos em todos os departamentos da Banda Oriental e lhes propusesse decidir, por eleição, qual governo prefeririam adotar: incorporar-se às Província Unidas, subordinar-se à Espanha, ficar independente ou passar a fazer parte do Reinado do Brasil, Portugal e Algarves. Nos três primeiros casos, as tropas de Lecor retirar-se-iam imediatamente. Caso se tornassem portugueses, constituir-se-iam em nova Província.

Lecor cumpriu rigorosamente o que lhe foi determinado. O síndico D. Juan José Duran (o mesmo que solicitara o auxílio platino quando da primeira invasão portuguesa) foi encarregado de promover a Assembleia. Convocou os Cabildos de todos os departamentos para que elessem deputados que os representassem, em número de acordo com sua população. Foram 12 os eleitos. Um deles, Frutuoso Rivera, que lutara quatro anos ao lado de Artigas. Explicou aos deputados, em duas dezenas de artigos, como deveriam proceder na eleição e escolher entre as alternativas que lhes seriam apresentadas. Lecor os recebeu dizendo que “SMF havia levado em consideração os repetidos pedidos de autoridades respeitáveis da Banda Oriental solicitando sua incorporação à Monarquia portuguesa, como o recurso único que poderia salvar o País dos males da guerra e da anarquia. Desejava, em assunto tão delicado, com o cuidado que exigia a dignidade, a liberalidade de seus princípios e o decoro da Nação portuguesa, que a Banda Oriental dissesse, através do Congresso Extraordinário de seus deputados, qual caminho desejaria seguir, como o mais útil e conveniente aos interesses dos Povos que a constituem”.

A 18 de julho, reuniu-se o Congresso em sua primeira seção plenária. Falaram os

deputados Bianqui, de Montevidéu; Llambi, de Extramuros; e Larrañaga, de Montevidéu. Disse o primeiro: “A Província Oriental precisa que se constitua em nação independente ou que se incorpore a outra que esteja constituída; veja-se, pois, se Montevidéu e sua campanha poderão se transformar em Nação e sustentar sua independência ou, se não pode, qual é aquela a que deve se incorporar com mais vantagem e menor perigo. Fazer dessa Província um Estado é coisa que parece impossível politicamente. Para ser uma Nação, não basta querê-lo; é preciso dispor-se de meios com que se possa sustentar sua independência”. Acrescentava: “Nada temos que permita governarmos com ordem e sossego, ou defendermos de uma invasão. Se não tivermos essa capacidade, em pouco cairemos sob o jugo de um atrevido ambicioso, e não evitaríamos o caos e a anarquia. Logo, é evidente que nos devemos incorporar a outro Estado que nos possa garantir segurança. Buenos Aires, em meio às suas guerras civis, não pode satisfazer esses objetivos, muito menos Entre Rios; e mais ainda a Espanha, porque sua dominação terá contra si os votos dos Povos e porque em seu estado atual nem pode nos socorrer nem evitar que esta Província seja o teatro sangrento das guerras de todas as demais que não reclamam sua independência. Não fica assim outro recurso do que a incorporação à Monarquia portuguesa, sob uma Constituição liberal. Deste modo se livra a Província da mais cruel das escravidões, que é a anarquia. Vivemos em ordem debaixo de um poder respeitável. O nosso comércio seguirá sustentado pelo progresso das pastagens, os fazendeiros recolherão o fruto de seu trabalho para compensar passados prejuízos”.

Llambi, o segundo a falar, assim iniciou: “Na alternativa que se nos apresenta ele-

ger, uma solução pouco circunspeta ou meditada com abstração das circunstâncias políticas da Província deve submergir-nos em uma desgraça e envolver as diferentes aspirações de cada uma das facções que compõem o País”. A seguir comenta o perigo das agressões dos vizinhos (especialmente Entre Rios) quando forem abandonados. O abandono fomentará o zelo das províncias limítrofes, atraindo o Partido que a favorece. E juntou: “Neste caso quais são as vantagens a que nos poderemos propor? Se a guerra é o maior mal de um país; o que, desgraçadamente, temos experimentado demais; se foi destruída metade de nossa população, aniquilada nossa economia, destruídas nossas fazendas e carecendo de alimentos, necessitaremos analisar seus efeitos para compreender os males que nos devem suceder? Tendo perdido o pouco armamento que tínhamos, também estamos sem renda e o comércio está quase em seu último grau. Um governo independente entre nós, portanto, seria tão insubsistente como o é aquele que não pode nem tem os meios necessários para sentar as primeiras bases de sua estabilidade. A Espanha está fora de cogitações. Se nos inclinarmos pelas Províncias Unidas, nada mudará, e ver-nos-emos novamente em contínuas guerras internas”. Concluiu: “De fato nosso país está em poder das tropas portuguesas e nós não podemos nem temos meios de evitá-lo. Quatro anos e meio são transcorridos, e, ao fim destes, qualquer resolução que seja a nossa, o primeiro que conte com cinquenta homens poderá desbaratar os melhores projetos e as melhores ideias. Ao aventurarmo-nos a esta contingência, seria uma imprudência pela qual sempre responderíamos aos povos, desde que seremos donos e árbitros de nossos destinos, a ninguém culparíamos de não haver calculado sobre nossa impor-

tância. Não nos salvariam quaisquer considerações dirigidas por outro princípio que não fosse o bem do país”.

Por fim, Larrañaga, que presidia o Congresso por moléstia de Duran, falou: “Nós nos achamos em estado de abandono; desamparados da Espanha. Desde o ano quatorze, apesar dos decididos esforços de muitos habitantes desta Província, Buenos Aires nos abandonou; e todas as demais Províncias fizeram outro tanto. A Banda Oriental sozinha tem sustentado uma guerra muito superior às suas forças. Qualquer Convênio anterior, qualquer Liga, ou qualquer Pacto, estão inteiramente dissolvidos por essa razão. No triste estado a que estamos reduzidos, colocados entre dois extremos diametralmente opostos de nossa ruína e nossa felicidade, de nossa ignomínia ou de nossa glória; todas as nossas considerações não se podem dirigir a outra coisa que a consultar nosso futuro bem-estar. O doce nome de Pátria deve nos enternecer; porém o patriota não é aquele que invoca seu nome, senão o que aspira livrá-la dos males que a ameaçam. Temos visto invocado este sagrado nome por diferentes facções que têm destruído e aniquilado o país; depois de anos de revoluções não estamos muito distantes do ponto do qual saímos. A nós nos toca agora conservar o que resta deste aniquilamento quase geral; se o conseguirmos, seremos verdadeiros patriotas. [...] Se, pois, pelo abandono em que temos ficado, nosso dever nos chama a consultar os interesses públicos da Província; somente esta consideração nos deve guiar porque a saúde da Pátria é a única e mais poderosa lei de nossas operações. Afastemos a guerra, desfrutemos a paz e a tranquilidade, que é o único caminho que nos deve conduzir ao bem público; consideremos este território como um Estado separado que deve se unir, conservando suas leis, seus foros, seus

privilégios e suas autoridades; peçamos a demarcação de seus limites como estavam quando fomos ocupados pelas tropas portuguesas; sejam os habitantes da Província naturais ou domiciliados os que devem optar os empregos na Província; sejam eles seus únicos juizes por quem os habitantes hão de sustentar e defender seus direitos; aspiremos à liberdade do comércio, indústria e pastagens; procuremos evitar todo gravame de contribuições; finalmente acordemos quando cremos ser mais útil e necessário para conseguir liberdade civil, a segurança individual e defender as propriedades da população. Então, por aclamação geral, os senhores deputados dirão: este é o único meio de salvar a Província; no presente estado a ninguém pode ocultar-se-lhe as vantagens que se seguirão à incorporação sob as condições que assegurem a liberdade civil de seus habitantes. Pelo mesmo, sem comprometer o caráter que representamos,

tampouco podemos pensar de outro modo. Neste estado, declarando-se suficientemente discutido o ponto, acordaremos em incorporar esta Província ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, e sob as precisas condições que se proporão e acordarão pelo mesmo Congresso em suas últimas seções como bases principais e essenciais deste Ato, que se reservará até que aquelas se propaguem às autoridade que correspondam”.

Todos os deputados assinaram a Ata lavrada. No dia seguinte, em sessão do Congresso, discutiu-se como dar conhecimento das Atas aos departamentos e a Lecor, que a Província, chamando-se agora Cisplatina, fazia parte do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. E que uma Comissão de cinco membros, nomeada pelo Congresso, iria fixar os privilégios dos quais gozaria a nova Província.

**Afastemos a guerra,
desfrutemos a paz e a
tranquilidade, que é o único
caminho que nos deve
conduzir ao bem público;
consideremos este
território como um Estado
separado que deve se unir,
conservando suas leis, seus
foros, seus privilégios e
suas autoridades; peçamos
a demarcação de seus
limites como estavam
quando fomos ocupados
pelas tropas portuguesas**

A 31 de julho, foram aprovadas as seguintes condições para a incorporação: a) O território deve ser considerado como uma Província do Reino Unido, com tratamento diferente do das outras, chamada Cisplatina; b) Os limites com a Província do Rio Grande do Sul serão aqueles mesmos existentes no início das lutas da Banda Oriental; c) Sua representação no Congresso Nacional (do Reino) será como a das outras Províncias; d) Serão respeitadas as leis obedecidas na Província Cisplatina, desde que não se oponham às leis do Reinado; e) Serão mantidos todos os privilégios e prerrogativas das autoridades, pessoas e propriedades familiares; f) As autoridades civis serão mantidas acima das militares, e estas não poderão ingerir nos assuntos afetos às primeiras; g) Comércio, indústria e agricultura serão isentos de taxas; h) Todos os cargos civis serão ocupados por habitante ou domiciliado na Província, exceto, por hora, o cargo de capitão-general; i) Nenhum cidadão da Provín-

cia poderá ser compelido para serviço em terra ou no mar por recrutamento; j) As milícias, formadas nos departamentos, só poderão ser transferidas de seu departamento de origem em caso de guerra ou desordem pública; k) Serão fixadas as maneiras de se utilizarem os gastos públicos, determinando o que caberá às Províncias e o que caberá ao Banco do Rio de Janeiro; l) O Congresso estabelecerá as bases de uma Constituição provisória, até a definitiva ter sido votada; m) Continuará, por hora, na chefia desta Província o General Lecor e, enquanto não se adotar uma Constituição Geral, será indicado pelo Congresso um síndico procurador do Estado, para o qual serão levadas as reclamações de alguma autoridade, ou mesmo de habitante, que interpele seu Ministério com documento ou prova justificativa por qualquer violação das condições propostas. (Outros artigos estabeleciam detalhes de execução.)

Em análise histórica, um dos perigos conhecidos é haver interferência das circunstâncias vividas pelo historiador, de seus conceitos, princípios e desejos no cenário em que ocorreram os fatos ou acontecimentos de séculos atrás. Com isso, tendem a ser falhas as conclusões na busca da verdade histórica, que, por si mesma, é sempre meio confusa.

Na época, as Províncias Unidas do Rio da Prata não faziam jus ao nome. Havia os “unitaristas”, que desejavam serem elas unidas realmente, e os federalistas, que preconizavam maior independência para as Províncias. Ambos lutavam para ampliar o número das Províncias Unidas com ações militares ao norte e na Banda Oriental. Esta passara por nove anos de guerra em seu território, contra espanhóis, portugueses, platinos e elementos internos se digladiando, levando-a à miséria. A Monarquia espanhola submergira no *tsunami* napoleônico. O Reino Unido de Brasil, Por-

tugal e Algarves, inicialmente o mais estável, em virtude da vinda da Corte para o Rio de Janeiro, assistia a conflito entre “brasílicos” e portugueses, em um crescendo que levaria à independência do Brasil logo depois, acrescentando o Império brasileiro à confusão. Com os partidos diversos que dividiam esses países ou territórios, cada um tendo diferente solução para os próprios problemas, não seria de surpreender que houvesse atitudes antagônicas, que fogem à lógica atual, confrontando-se, sem seguir uma única direção.

O resultado da eleição preconizada por D. João VI não teve reações especiais no Reino Unido. Não havia opinião pública no imenso e atrasado Reino. A pequena elite dirigente estava preocupada com a Revolução pernambucana de 1817, a qual, embora vencida, deixara um rastro republicano perturbador, e com o conflito entre os que desejavam que o Brasil se mantivesse como a sede do Império e os portugueses na Europa querendo reaver sua posição anterior.

Naturalmente a votação de 18 de julho foi criticada como tendo sido encomendada, quase como uma farsa. De Portugal, o ministro Silvestre Pinheiro Ferreira – por pressão da Espanha, que não perdia as esperanças de recuperar seu Império, o que, em relação à Província Cisplatina, agora estaria mais difícil – interpelou Lecor, primeiramente em carta de 3 de dezembro de 1821 e, não tendo resposta, insistindo em 22 de dezembro. Queria saber detalhes de como Lecor acatara as ordens que, em nome de Sua Majestade, lhe enviara a 16 de abril, e cujo cumprimento “acarretara sobre a nossa já indecorosa situação o extraordinário embaraço de passarmos aos olhos de uma Potência, com a qual hoje, mais do que nunca, nos importa manter a mais leal e estreita amizade, como a Nação Espanhola e o Governo refalsado que, debaixo da aparência

de querermos respeitar o direito imprescritível dos Povos, deixando-lhes a liberdade de escolher o Governo e a Constituição por que se querem reger, havemos induzido a Banda Oriental a se unir ao Brasil, engrossando-nos assim astutamente com as perdas que não podem deixar de ser em si mesmas sensíveis aos nossos Aliados, agravadas muito mais pela falta de boa fé, como se figura ter influído neste negócio.”. Continuava, afirmando que, pelos boatos que corriam na Europa por diferentes vias, um simulacro teria feito com que os deputados eleitos tivessem unanimemente concordado que a Banda Oriental se tornasse uma Província do Brasil. Esperava, assim, que notícias urgentes desmentissem tal boato embaraçoso.

A situação do ministro era tão difícil, que, não atentando quanto ao tempo que levavam as correspondências, voltou a pedir explicações a Lecor 19 dias depois. Escreveu que havia recebido duas correspondências dele datadas de 25 de agosto, com toda a documentação relativa ao resultado da votação. Mas davam a aparência de ter havido instruções secretas paralelas às ordens de 16 de abril, falando dos desejos da Corte acerca dos resultados a serem obtidos. Não davam base para se concluir sobre a sinceridade dos discursos pronunciados no dia 18 de julho. A explicação do que realmente acontecera era extremamente importante, para satisfazer as implicações com a Espanha.

Uma clara exposição dos fatos demonstraria a lisura das ordens do governo de 16 de abril. A aprovação dos atos relativos à incorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido dependeria dessas explicações (ou seja, a incorporação da Província não havia sido aprovada pelo Congresso em Portugal).

A figura de D. João VI tem sido apresentada pela história como a de um monarca tímido, hesitante e indeciso, sempre adiando uma solução. Um

revisonismo histórico, entretanto, toma corpo reconhecendo-o ser também sagaz e pragmático político que sabia levar os acontecimentos a tomarem a feição que ele desejava. Essas virtudes não era afetadas pela sua pouca aparência real, os seus hábitos de limpeza pessoal e alimentícios, adorando frangos assados, que guardava nos bolsos. É incontestável que sua vinda para o Brasil foi de grande benefício para este, sendo responsável, com as medidas

A figura de D. João VI tem sido apresentada pela história como a de um monarca tímido, hesitante e indeciso, sempre adiando uma solução. Um revisionismo histórico, entretanto, toma corpo reconhecendo-o ser também sagaz e pragmático político que sabia levar os acontecimentos a tomarem a feição que ele desejava

que tomou, pela transformação de uma colônia, cuja função era aumentar a riqueza de Portugal com açúcar, café e ouro, em um país soberano. Em 1816, julgou ter chegado o momento oportuno para implementar a antiga aspiração portuguesa de levar seus domínios até a margem do Rio da Prata. Os primeiros e importantes passos neste sentido foram dados com a ocupação militar. Mas a situação mudara. Com as cisões entre os interesses do reino sul-ame-

ricano e de Portugal, o qual renascia na Europa, a situação não era mais a mesma. A possibilidade de se estar criando no Sul um foco rebelde, em vez de anexar um território produtivo e com localização comercialmente favorável, e mais a carga financeira incomensurável do custeio da operação militar que parecia não ter fim, não mostrava ter sido a incorporação da Banda Oriental uma aquisição rendosa.

Em carta dirigida ao conselheiro Thomaz Vilanova Portugal, seu auxiliar predileto, datada de 21 de fevereiro de 1820, D. João já diz que despachara com o Conde dos Arcos, primeiro-ministro, para lhe falar dos negócios do Rio da Prata, pois achara a correspondência de Lecor muito incoerente. Não quisera opinar porque não estava muito seguro sobre situação tão séria. Pediu-lhe que conversasse com ele e comunicasse o que haviam decidido. A indignação, a surpresa e a preocupação de Silvestre Pinheiro mostram que o resultado da votação não fora exatamente o que desejava D. João VI. Esperava que optassem pela independência, ao jeito dele, o que daria ao Reino Unido uma saída airosa, livrando-o do que considerava agora uma carga pesada.

Acresce que a reação em Portugal, não ratificando a incorporação e havendo críticas no Congresso, não teve efeito sensível no Brasil. Não há reminiscência de entusiasmo, ou mesmo agrado, pelo fato de o País ter crescido. Havia mais interesse com as discordâncias que levaram à independência. A opinião pública naturalmente não existia. Apenas julgamentos da Corte e de uma pequena elite no Rio de Janeiro. A imprensa brasileira na época era representada, curiosamente, por um jornal impresso em Londres (!), o *Correio Brasiliense*, dirigido por Hipólito da Costa, merecidamente o patrono do jornalismo no Brasil, que acompanhava os acontecimentos sul-ame-

ricanos, especialmente os políticos. Nas edições de 1821 e 1822, arquivadas na Biblioteca Nacional, não se encontra qualquer referência à Província Cisplatina.

E como se teria dado a preferência pela junção com o Reino Unido? O prestígio de Lecor, desde 1819, havia caído bastante, o que se refletira no procedimento da Divisão dos Voluntários d'El Rei, dividindo-se do mesmo modo entre os que desejavam regressar a Portugal e os que ficariam no Brasil. A interpelação de Silvestre Pinheiro ainda piorou o ambiente. Motins explodiam nas diversas unidades da tropa, dirigidos por um coronel, Claudino Pimentel, que parecia ter apoio das Cortes. Lecor havia tido notícia da escolha do substituto. Sua permanência como capitão-general, função que era de seu gosto, e também a integração na sociedade, inclusive pelo casamento, dependeriam da continuidade da Província Cisplatina, o que tinha propugnadores no Brasil e mesmo na Banda Oriental. Estes últimos, assim, ao votarem pela anexação ao Reino Unido, teriam, a meu ver, agido sincera e honestamente, pois, sendo a libertação total, clamada por Artigas, desaconselhável no tempo, segundo eles afirmavam, por razões políticas e econômicas, a escolha pela vinculação ao Reino Unido seria a preferível, considerando sua estabilidade, sem as guerras, destruições, morticínios que os aterrorizava, ao contrário da ligação platina (lamentavelmente, essa tranquilidade iria durar poucos anos, sendo seguida por rebelião e guerras). E o número e a quantidade de condições impostas levariam a Província a situação próxima de conseguir da liberdade.

Lecor pode ter tido influência na decisão dos deputados, mas creio que ela não tenha sido “comprada”, ou coisa parecida. Se a liberal concessão de D. João fosse uma farsa, constituindo, assim, ato desairoso do Reino Unido, seria também desai-

roso para as tradições uruguaias elementos responsáveis escolherem um governo não por acreditarem fosse tal escolha a melhor para o futuro da pátria, e sim por pressão externa, em troca de interesses particulares. Tanto mais que os deputados apresentaram razões para a sua decisão. Se realmente criam não haver ainda possibilidades econômicas e políticas para a independência da Banda Oriental, como desejavam, e se a Província necessitava de um interregno de tranquilidade e paz, a opção pelas Províncias Unidas, na situação de caos em que estas se achavam, não traria tal interregno, apesar das afinidades históricas. E, para o Congresso convocado, restava apenas o Reino Unido como escolha naquele momento, certamente patriótica, não obedecendo a pressões, especialmente com a liberdade de decisão que D. João VI lhes havia dado.

REGÊNCIA DE D. PEDRO I

Lecor não saberia das reais intenções de D. João. E a lealdade brasileira era agora devida ao regente D. Pedro, em atrito constante com Portugal a favor do Brasil, e cuja próxima autoridade nacional fora prevista pelo pai, ao lhe dizer na despedida, ao regressar para a Europa: “Se o Brasil se separar de Portugal, ponha a coroa em sua cabeça antes que um aventureiro o faça”. E Lecor desde logo pôs-se do lado de D. Pedro, aprovando o entusiasmo do imperador de 22 anos em manter a Província Cisplatina como parte integrante do grande Império que recebera.

Logo apareceu uma primeira prova das dificuldades que seriam enfrentadas com a anexação da Província. Com a independência do Brasil, em 1822, o segundo de Lecor, Álvaro Macedo Costa, liderou as unidades da guarnição cisplatina que não concordaram em se separar de Portugal e lutaram con-

tra Lecor. Muitos orientais dividiram-se, juntando-se a uma ou outra facção. Parecendo ser a contenda entre as tropas de ocupação um momento oportuno, patriotas radicais tiveram ânimo para tentar a liberdade apelando pela ajuda do governador de Buenos Aires, que fez nova investida sobre o que ainda chamavam Banda Oriental, desta vez diplomaticamente. Enviaram ao Brasil um emissário especial, D. Valentim Gomes, que apresentou credenciais em 28 de agosto de 1823, exigindo que o Brasil retirasse as tropas “que ocupavam parte de seu território”. A resposta foi demorada e firmemente negativa, dizendo que a Banda Oriental se desligara do Vice-Reinado do Prata antes da formação das Províncias Unidas, e que com ela nada tinha a ver.

Com o envio de Força Naval a Montevideu, os brasileiros venceram, e Álvaro Costa e os portugueses fizeram vela para a Europa a 8 de março de 1824. Lecor, privilegiado, continuou seus esforços para integrar a Cisplatina ao Império. Grande número de orientais foi admitido na administração e mesmo na tropa, com a criação do Regimento de Dragões Orientais, comandado por Frutuoso Rivera, tendo como subcomandante Juan Antonio Lavalleja, o primeiro, combatente ao lado de Lecor, e o segundo, com Álvaro Costa. Um fator de integração, independente de qualquer intervenção governamental, motivado por questões sentimentais, foi o casamento de oficiais brasileiros e portugueses com as senhoritas nativas. Merece ser transcrita a observação de um historiador inglês, John Armitage, pela explicação clara que dá à questão. Escreveu Armitage que “no Brasil havia muito poucas relações sociais ainda mesmo que entre amigos íntimos. As mulheres eram retidas em reclusão claustral e tomavam muito pequena parte nas conversações da sociedade. Em Montevideu e Buenos Aires se dava o contrário, as noi-

tes eram dedicadas ao teatro, aos bailes, ou tertúlias e partidas; nem a guerra, nem a revolução, nem a fome mudariam a inclinação nacional a este respeito; assim nascia a superior atração às senhoritas espanholas e às suas maneiras encantadoras. Ainda que imperfeitamente educadas, a sua conversação era cheia de espírito e variada. Não era, portanto, de admirar que esse contraste fizesse os oficiais brasileiros acharem nas senhoras espanholas muitos atrativos e mais acessível sociabilidade do que jamais tinham experimentado com suas patrícias, de forma que muitos casamentos se efetuaram, mesmo na expectativa de próximas campanhas”.

O entusiasmo de D. Pedro I pela Província Cisplatina não foi acompanhado pelos cuidados que ela requeria. O ano de 1824 assistiu ao seu declínio. As forças portuguesas que haviam ido para Portugal não foram substituídas. A atenção política e militar do Império foi absorvida pela reação

à revolução em Pernambuco, que levantou quase todo o Nordeste, formando a Confederação do Equador. A fraqueza percebida em Montevidéu estimulou o espírito “artiguista”, que não morrera. Seus seguidores, no balanço habitual, apoiaram-se nas Províncias Unidas, visto que, tendo melhorado a situação interna com a vitória de Ayacuicho sobre os últimos espanhóis da

América e conseguido a lealdade da totalidade das províncias, seu mais importante objetivo nacional passou a ser a recuperação da Banda Oriental. O ano de 1824 foi ocupado pelas conspirações, não muito ocultas. Caberia aos Cabaleros Orientales, grupo formado na Cisplatina e em Buenos Aires, o primeiro movimento. A 19 de abril de 1825, um barco com 33 patriotas vindos

das Províncias Unidas, sob a chefia de Juan Antonio Lavalleja (que havia desertado do Regimento de Dragões), cruzou o Rio Uruguai, embicando na margem cisplatina e empunhando a bandeira de Artigas. Avançaram, recebendo adesões, uma delas a do Regimento de Dragões Oriental, enviado para interceptá-los, com seu comandante Frutuoso Rivera.

Duas colunas do Exército do Rio Grande do Sul, comandadas pelo Marechal de Campo José de Abreu e pelo Tenente-Coronel Mena Barreto, enviadas para combater o Exército popular de Lavalleja, desta vez foram derrotadas nas batalhas de Galinhas e Sarandi.

Toda a campanha ficou dominada pela rebelião. Uma assembleia realizada na povoação de Florida, a 23 de novembro de 1825, declarou nulos, dissolvidos e sem nenhum valor todos os Atos que formalizaram a anexação da Banda Oriental ao Império do Brasil. A Província Cisplatina limitou-se às cidades do litoral, cercadas por terra e supridas pelo mar.

Com o envio de Força Naval a Montevidéu, os brasileiros venceram, e Álvaro Costa e os portugueses fizeram vela para a Europa a 8 de março de 1824

★ ★ ★

O entusiasmo de D. Pedro I pela Província Cisplatina não foi acompanhado pelos cuidados que ela requeria. O ano de 1824 assistiu ao seu declínio. As forças portuguesas que haviam ido para Portugal não foram substituídas

A GUERRA ENTRE O BRASIL E AS PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA

Em Buenos Aires, a invasão despertou enorme entusiasmo nacional e bélico. Aguardando a oportunidade de tomar parte na pendência, as Províncias Unidas armavam-se, abasteciam Lavalleja, mantinham um “Exército de Observação” na margem direita do Rio Uruguai e travavam guerra não muito fria com o Brasil no Rio da Prata. Esse conflito passou a ser “questão de honra” dos dois países envolvidos. A 10 de dezembro de 1825, foi declarada a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Durou a guerra dois anos e meio, sem muita expressão, exaurindo as finanças dos adversários, duas nações recém-formadas e despreparadas. A indecisão da luta foi “decidida” pela Inglaterra, que, vendo seu comércio prejudicado pelo ambiente bélico no Rio da Prata, com bloqueio, corsários indo e vindo, interveio, sugerindo um Convênio Preliminar – aceito com alguma dificuldade a 27 de agosto de 1828 (em 1827, houve uma primeira tentativa de acordo, repelida pelos combatentes), mas nunca transformado em Tratado – que firmava a paz, sendo a vitória concedida ao objeto da disputa – a República Oriental do Uruguai.

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

O carisma obtido junto aos brasileiros por D. Pedro I, como o “Príncipe da Independência”, foi diminuindo com suas preferências pelos portugueses que o rodeavam

e com as dificuldades que a guerra estava causando. Os partidos da oposição utilizavam a questão cisplatina para impopularizar o imperador. No Congresso eram frequentes as violentas exprobrações, as frases amargas e candentes, verberando a alta administração do Império e a responsabilizando pelos graves problemas que afetavam o País. A imprensa os secundava. Confundiam a crítica a D. Pedro I com a crítica à guerra e ao seu entusiasmo com a Província Cisplatina. Esta teria sido ocupada e incorporada como fruto de antigas ambições portuguesas, com fins comerciais, sem se ter

A 10 de dezembro de 1825, foi declarada a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Durou a guerra dois anos e meio, exaurindo as finanças dos adversários

levado em conta que era território espanhol em razão de seus costumes, sua língua etc. Relativamente às operações guerreiras, as ofensas atingiam principalmente os chefes que a conduziam e os seus resultados. A ignorância e as injustiças caracterizavam as críticas que explodiam no Congresso e na imprensa.

A Marinha era o alvo preferido, exatamente por ter o papel mais saliente. Infelizmente, alguns historiadores fizeram causa comum com o que diziam os políticos.

O Uruguai e a Argentina comemoram como fastos nacionais a luta pela Banda Oriental. Têm razão. Para o primeiro, representou ela os esforços e sacrifícios que construíram uma nação independente. A segunda queria completar a herança do Vice-Reinado do Prata, e com a Província que mais lhe interessava, dando-lhe o domínio de todo o Rio da Prata, além das vantagens climáticas e terras produtivas.

Para o Brasil, a incorporação da Província Cisplatina não teve tanto significado. A ambição portuguesa havia sido esqueci-

da, sendo apenas herdada pelo entusiasmo juvenil de D. Pedro. A anexação da Banda Oriental fora obtida por meio de invasão militar e conquista territorial difíceis, quando ainda não éramos capazes de manter a posse do imenso continente que recebemos de Portugal. A expansão geográfica portuguesa para o norte e para o oeste foi também fruto de invasão, passando por cima do Meridiano de Tordesilhas. Mas atravessavam espaços desertos, virgens, o que não era o caso da Banda Oriental, onde já havia uma civilização, um sentimento nacional e uma cultura diferente da nossa, não constituindo sua posse para o Brasil aspiração ou necessidade. Foi simplesmente por iniciativa da realeza, e não nacional. Nos 12 anos de existência da Província Cisplatina, não há me-

A expansão geográfica portuguesa para o norte e para o oeste foi também fruto de invasão, passando por cima do Meridiano de Tordesilhas

mória de uma vantagem para o Brasil. Somente luta, despesas, sacrifícios. Além das críticas, percebe-se nos Anais do Congresso, durante a guerra, exclamações patrióticas retumbantes, mas, nitidamente, exterioridades. Mas quando da “Fala do Trono”, em 1828, comunicou o fim da guerra, a reação na Câmara foi “esperemos que com honra” e, no Senado, mudez. D. João VI mais uma vez mostrou que a boca mole, com palavras pouco inteligíveis, tartamudeando, não correspondia à sagacidade do cérebro. A ter uma Província diferente em tudo das outras, na administração, nos privilégios, nos sentimentos, na cultura, na língua, ansiosa pela independência sempre que houvesse oportunidade, foi, com certeza, preferível ter um vizinho amistoso e fraterno.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA>; História do Brasil; História do Uruguai; História da Argentina; História de Portugal; Artigas, José; D. Pedro I;

BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO, Eduardo. Jose Artigas. Jefe de los Orientales y Protector de los Pueblos Libres. Alegato Historico. Edition Oficial. Tomos I, II, III. Montevidéo: Imp. Atena, 1950.
- ACEVEDO, Pablo Blanco. Historia de la Republica Oriental del Uruguai. Montevidéo: Barreiro y Ramos, 1906.
- ARMITAGE, John. História do Brasil desde a chegada da família Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Rio de Janeiro: Edições Ouro, 1965.
- CALOGERAS, João Pandiá. A Política Exterior do Império. São Paulo: Ed. Nacional, 1927.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. Lecor e a Cisplatina 1816 – 1828. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.
- PELLIZA, Mariano. Historia Argentina. Buenos Aires: Ed. Feliz Cacouane, 1889.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. História Naval Brasileira. Vol. 2, tomo II Rio de Janeiro: SDGM, 1979.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. História Naval Brasileira. Vol. 3, tomo I. Rio de Janeiro: SDM, 2002.
- SILVA, João M. Pereira. História da Fundação do Império Brasileiro. Rio de Janeiro. Ed. Garnier 1965



A Família Real não saía sem ela



Ela navegava soberana pela Baía de Guanabara. Viveu dias de glória e pompa. A Família Real não passeava sem ela – a *Galeota Imperial*. Construída em 1808, em Salvador, na época da vinda de D. João VI para o Brasil, esteve em uso até os primeiros governos republicanos.

Modelo sem similar em toda a América, ainda conserva a sua realeza. A *Galeota Imperial* foi detalhadamente restaurada para compor o acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Av. Alfred Agache, s/nº Centro.

Aberto de terça a domingo, de 12 às 17h. Entrada franca.